

Dicionarização de expressões racistas: um estudo lexicográfico/fraseológico

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v55i1.3855>

Danyelle Almeida Saraiva Souza¹

Resumo

Este trabalho propõe-se a estudar a dicionarização de um conjunto de expressões racistas catalogadas na obra *Expressões racistas: por que evitá-las*, publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2022, sob a ótica da Lexicologia, da Lexicografia e da Fraseologia. Os itens selecionados para esta pesquisa foram: *galinha de macumba*; *a coisa (es)tá preta*; *chuta que é macumba*; *volta para o mar, oferenda!*; *macumbeiro* e *boçal*. Foram consultados dicionários gerais e especiais de língua para a verificação da presença ou ausência de registros das expressões selecionadas, e se tais registros apresentam as acepções encontradas na obra publicada pelo TSE. Dessa forma, é possível verificar elementos culturais de uma comunidade, já que os dicionários não apenas servem como fonte de consulta, mas também evidenciam o ponto de vista de uma comunidade, pois eles não são neutros (cf. Krieger, 2006).

Palavras-chave: Lexicografia; expressões racistas; dicionarização.

¹ Centro de Estudos de Pessoal (CEP/FDC), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; danyufms@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-4540-8854>

Dictionarization of Racist Expressions: A Lexicographical/Phraseological Study

Abstract

This work aims to study the dictionarization of a set of racist expressions cataloged in the work *Racist Expressions: Why Avoid Them*, published by the Superior Electoral Court (TSE) in 2022, from the perspective of Lexicology, Lexicography, and Phraseology. The items selected for this research were: the thing (is) black; kick it, it's macumba; macumba chicken; return to the sea, offering!; macumbeiro and boçal. General and special language dictionaries were consulted to verify the presence or absence of records of the selected expressions, and whether such records present the meanings found in the work published by the TSE. In this way, it is possible to verify cultural elements of a community, since dictionaries not only serve as a source of consultation, but also highlight the point of view of a community, as they are not neutral (cf. Krieger, 2006).

Keywords: Lexicography; racist expressions; dictionary entry.

Introdução

A comunicação humana se estabelece majoritariamente por meio da linguagem verbal, faculdade essencialmente humana, distinguindo o homem dos animais, e o nível linguístico que melhor expressa a relação entre linguagem e sociedade é o léxico. Concebido como “o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade” (Sapir, 1969, p. 45), o léxico não apenas reproduz a visão de mundo de uma comunidade de fala, mas também fornece pistas acerca de aspectos socioculturais da identidade de uma comunidade de fala. Isso porque

[...] o léxico de uma língua de cultura atesta o modo de vida e a imagem de mundo que individualiza um determinado grupo social, tornando-se, em vista disso, uma espécie de documento vivo da própria história desse grupo, assim como de todas as normas sociais que o regem (Isquierdo, 2003, p. 178).

O uso de determinadas variantes por uma comunidade de fala define a norma lexical, entendida como um nível linguístico abstrato e coletivo que intermedeia língua e fala, apresentando constâncias aceitas e realizadas coletivamente, como esclarece Lucchesi (2002, p. 71):

Coseriu chama a atenção também para o fato de que, para além das múltiplas realizações acidentais e contingenciais que caracterizam a fala, verificam-se também certas variantes que, não tendo valor funcional, são relativamente

constantes e frequentes dentro da comunidade de fala, e ele as chama de variantes normais. Para dar conta dessas variantes, propõe um nível de abstração intermediário entre a fala e o sistema que seria ocupado pelo que ele chama de sistema normal, ou simplesmente norma.

Nessa perspectiva, a norma é coercitiva, haja vista ser “um sistema de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade” (Coseriu, 1962, *apud* Biderman, 2001, p. 19). A norma lexical em uso é registrada em dicionários de língua geral, que se configura como

[...] um ‘objeto manufaturado’ que corresponde às exigências de informação e de comunicação de uma sociedade. Mais que um livro de consulta, que apresenta informações em ordem alfabética, o dicionário é um ponto de referência entre a língua e a ciência e também entre a língua e a cultura, pois tem como objeto de seu discurso ‘o que se diz da língua e da cultura’ (Andrade, 2000).

Sabe-se que “não existe obra lexicográfica perfeita, [pois] todas estão sujeitas a erros, mesmo que tenham sido produzidas sob um rigoroso processo de seleção, composição e inter-relação de palavras” (Fromm, 2003). Esta citação deixa evidente que dicionários não são obras neutras, refletindo escolhas que envolvem inclusão ou exclusão de determinados usos linguísticos. Nessa perspectiva, torna-se relevante analisar de que maneira vocábulos ou expressões marcados por preconceito racial, ainda vigentes na sociedade, estão registrados ou não nas obras lexicográficas. Nessa questão insere-se o objetivo deste trabalho: verificar de que maneira algumas expressões racistas utilizadas socialmente se encontram dicionarizadas nos seguintes dicionários: Morais (1789), *Dicionário da língua brasileira* (Pinto, 1832), *Léxico de lacunas* (Taunay, 1914), *Dicionário Houaiss* (2009), obra *Locuções tradicionais no Brasil* (Cascudo, 1986), *Dicionário brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares* (Urbano, 2018), *Dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa* (Rocha, Rocha, 2012) e no *Dicionário histórico do português brasileiro* (doravante DHPB) (Biderman; Murakawa, 2021). As obras lexicográficas selecionadas para este trabalho seguiram critério cronológico – dicionários de língua geral mais antigos e um mais recente – e de objetivo da consulta – dicionários gerais de língua, especiais de língua e uma obra voltada a questões fraseológicas. O grupo de unidades lexicais e fraseológicas selecionado para este estudo foi constituído a partir de expressões extraídas da obra *Expressões racistas: por que evitá-las*, publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2022.

Cientes de que o racismo é uma prática social discriminatória que se baseia em julgamentos pré-concebidos, caracterizada pela ideia da dicotomia superioridade *versus* inferioridade racial, considerado crime² no Brasil, salientamos ser essa a importância

2 A Lei 7716/89, em seu artigo 1º, define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (Brasil, 1989, s/n).

e a justificativa desta pesquisa, que possibilita verificar se expressões racistas são e como estão dicionarizadas, uma vez que os dicionários apresentam registros ligados ao patrimônio sociocultural configurado pela língua (cf. Bevilacqua; Finatto, 2006).

Considerações sobre as obras lexicográficas

Um dicionário, concebido como instrumento de educação permanente que define a norma linguística, tem como objetivo “preencher lacunas de conhecimento dos usuários e facilitar a comunicação linguística” (Andrade, 2000), sendo uma obra que tem como finalidade o atendimento de necessidades específicas das coletividades linguísticas, possibilitando o acesso do consulente ao registro do léxico da língua, “numa correspondência com os significados que os recobrem” (Krieger, 2006, p. 142). Faz-se mister compreender a importância do dicionário em uma sociedade letrada, pois ele

Adquire o estatuto de instância de legitimação do léxico, passando então a funcionar como uma espécie de cartório de registros, é ele que concede à palavra sua certidão de nascimento e, dessa forma, institucionaliza o conjunto léxico das línguas. Por tudo isso, o dicionário goza de uma autoridade que não é menor nas sociedades de cultura que, inclusive, o entendem como instrumento da “verdade linguística”, logo, inquestionável (Krieger, 2006, p. 142).

Mesmo com todo o efeito de autoridade que o dicionário traz consigo, vale destacar, sem a intenção de se aprofundar nessa seara, que os dicionários diferem entre si, de acordo com o tipo de conteúdo abordado, com o objetivo da obra, com a amplitude do repertório lexical selecionado, e que não “são neutros como a sociedade costuma pensar” (Krieger, 2006, p. 143), pois tais obras são fruto de escolhas do autor, tal como ocorre em quaisquer outros textos:

Não há dicionários sem ideologia, pois a definição de palavras implica, necessariamente, uma posição teórica e ideológica. Consciente ou inconscientemente, a seleção do *corpus*, a conceituação de determinadas lexias, mas sobretudo os exemplos, revelam a ideologia, definem ética e esteticamente o lexicógrafo. Os exemplos formam um conjunto de pontos de vista sobre o mundo que deixa transparecer a ideologia da comunidade com a qual o lexicógrafo se identifica. O lexicógrafo é o intermediário entre os leitores e a sociedade e seus enunciados têm força de lei, no entanto, na maioria dos casos, desaparece no anonimato, confundindo-se com a comunidade que representa (Andrade, 2000, s/n).

Sobre a relação comunidade e dicionário, nota-se que uma consulta a um dicionário sempre é motivada por algum fator externo – os consulentes o buscam quando há uma

necessidade específica de compreensão de um vocábulo, um sinônimo, uma abonação. Nesse contexto, pode-se afirmar que um dicionário geral de língua é o tipo que costuma ser consultado por uma vasta parcela da sociedade, haja vista que ele deve abarcar a totalidade de realizações léxicas de uma língua, mas

[...] a totalidade não significa o registro exaustivo das palavras de uma língua, desde as mais antigas até os neologismos mais recentes, até porque a lexicografia não consegue acompanhar o dinamismo lexical; mas caracteriza a abrangência do componente léxico, sem privilegiar uma temática específica [...], tendo por base o critério da frequência de uso da palavra ou da expressão (Krieger, 2006, p. 144).

Para cada objetivo do usuário existe um tipo de dicionário. De acordo com a classificação proposta por Andrade (2000), as obras lexicográficas consultadas para a elaboração do presente artigo classificam-se como sendo de língua – monolíngues, pois abarcam as palavras da língua portuguesa, ultrapassando “as informações semânticas, oferecendo informações gramaticais e linguísticas [...], descreve diferentes realizações das unidades lexicais” (Krieger, 2006, p. 142); semasiológicas, em que “a composição das palavras é apresentada em ordem alfabética. A microestrutura parte do significante para o significado” (Fromm, 2003). Os dicionários de Morais (1789) e Houaiss (2009) são considerados gerais, contemplando definições semânticas e sintáticas para todo o léxico de nossa língua “tendo por base o critério da frequência de uso da palavra ou da expressão” (Krieger, 2006, p. 144), e os demais dicionários são considerados especiais de língua, pois registram apenas uma parcela do léxico da língua.

É importante ressaltar que os dicionários são distintos entre si, mesmo quando classificados sob a mesma tipologia, e que as novas gerações de dicionários “devem responder a novas expectativas, encontrar diferentes tipos de perfis de usuários e ser desenvolvidos com diferentes recursos textuais, o que deve nos levar a estabelecer novos parâmetros de julgamento³” (Morán, Palacios, Rey, 2004, p. 69, tradução própria).

Após as considerações sobre as obras lexicográficas, passaremos à discussão das unidades fraseológicas, uma vez que o *corpus* selecionado para este estudo inclui igualmente fraseologismos.

O que são unidades fraseológicas?

Ao se cruzar a fronteira entre a unidade lexical simples e a unidade léxica polilexical, adentramos o campo dos fraseologismos, que são definidos como unidades léxicas

3 No original: “deben responder a otras nuevas expectativas, encuentran distintos tipos de perfiles de usuarios y se elaboran con distintos recursos textuales, lo que debe llevarnos a establecer nuevos parámetros para el juicio”.

plurilexicais – combinatórias lexemáticas – em que os elementos que compõem a unidade fraseológica perderam o significado denotativo original e, juntos, adquirem um significado global conotativo, já que o significado mencionado não é resultante da somatória dos elementos constituintes como unidades semânticas. Nessa perspectiva,

[...] os fraseologismos são sintagmas mais ou menos fixos. Em outras palavras, constituem unidades poliléxicas definidas pelos critérios de polilexicalidade, fixidez e, frequentemente, figuratividade, cujo uso e interpretação estão regidos por normas culturais (Matias, 2008, p. 32).

Nesse contexto, os fraseologismos – especificamente as expressões idiomáticas – “são lexias complexas⁴ (formadas por mais de uma unidade léxica – o que caracteriza o termo ‘expressão’), com particularidades expressivas, como conotação e cristalização relativa” (Riva, 2009, p. 20). Fazem parte do léxico geral e compartilham determinadas características especiais: pluriverbalidade, idiomaticidade, estabilidade/cristalização.

O que é pragmatema?

As unidades fraseológicas são definidas como unidades polilexicais caracterizadas pela elevada frequência de uso em uma comunidade, rigidez semântica e idiomaticidade, e nos enunciados fraseológicos há as fórmulas de rotina, inseridas no conjunto dos pragmatemas (Pinheiro, 2015, p. 32). O pragmatema (ou frasema pragmático) é uma estrutura vinculada a situações comunicativas específicas,

[...] cujo significado ‘X’ não é construído livremente (embora possa ser regular) a partir de uma representação conceptual determinada (que o falante quer verbalizar), quer dizer, *não pode ser substituído por qualquer outro significado sinónimo ‘Y’ construído livremente*, por meio das regras gerais da língua, a partir dessa representação conceptual, para esse mesmo contexto situacional” (Sanromán, 2011, p. 276, grifo próprio).

O pragmatema é “um termo hiperonímico que abarca unidades simples e compostas, pré-fabricadas, usadas em interações sociais cotidianas e cujo entendimento é mediado pelo contexto situacional” (Pinheiro, 2015, p. 43), podendo ser dividido em partes. No quadro 1, a seguir, há uma proposta de divisão dos pragmatemas, enquanto o quadro 2 apresenta uma ampliação do tópico 2d do Quadro 1 (fórmulas situacionais), ambas propostas de Monteiro-Platin.

4 Entende-se por lexia complexa (construção fixa polilexemática) a que se distingue da simples (monolexemática – radical único) e da composta (polilexemática – mais de um radical).

Quadro 1. Proposta de divisão dos pragmatemas

PRAGMATEMAS					
1. Marcadores conversacionais		EXEMPLOS			
	veja bem, por falar em..., posso interromper, sem dúvida, falou e disse, está entendendo?, o que eu estou querendo dizer é...				
2. Fórmulas	a. epistolares	prezado senhor, sem mais para o momento, queira desconsiderar etc.			
	b. religiosas	assim seja, a paz de Cristo, se Deus quiser, graças a Deus etc.			
	c. ritualizadas	um brinde, meus parabéns, feliz páscoa, feliz Natal etc.			
	d. situacionais	Proibido estacionar, acesso exclusivo a, passagem obrigatória etc.			
	e. de rotina	<table border="1"> <tr> <td>cortesia/polidez</td> <td>com licença, pois não, tenha a bondade etc.</td> </tr> <tr> <td>descortesia/impolidez</td> <td>cai fora, vai se danar, azar seu, tô nem aí etc.</td> </tr> </table>	cortesia/polidez	com licença, pois não, tenha a bondade etc.	descortesia/impolidez
cortesia/polidez	com licença, pois não, tenha a bondade etc.				
descortesia/impolidez	cai fora, vai se danar, azar seu, tô nem aí etc.				

Fonte: Pinheiro (2015, p. 34)

Quadro 2. Fórmulas situacionais dos pragmatemas

FÓRMULAS SITUACIONAIS		EXEMPLOS
Sintáticas	Polidez	Será que eu poderia...? posso fumar?
	distanciamento	Parece que você não vai passar; Que tal...?
Fixas	frases feitas	Não seja infantil! Mais sorte na próxima! Divirta-se!
	citações	Como é para o bem do povo e... Diga ao povo que fico. (D. Pedro I)
	provérbios	Nem tudo que reluz é ouro. Tal pai, tal filho.
de rotina	saudações	Bom dia, boa tarde, boa noite.
	agradecimentos	Muito obrigado. É muito gentil da sua parte.
	desculpas	Sinto muito. Desculpe-me.
	votos	Feliz aniversário! Muitas felicidades! Tudo de bom!
	à mesa	Bom apetite! O jantar está servido. É por minha conta.

Fonte: Pinheiro (2015, p. 33)

Neste momento, focaremos no segundo tipo de pragmatema, de fórmulas fixas/fórmulas situacionais, pois é essa classificação que contempla parte do *corpus* selecionado para esta pesquisa, podendo ser consideradas frases feitas e empregadas como comentários em situações específicas de comunicação: *a coisa (es)tá preta!, chuta que é macumba!, volta para o mar, oferenda!*.

Sobre a questão da dicionarização de tais expressões, Pinheiro (2015) afirma que, embora sejam signos, pragmatemas não são unidades léxicas e não devem constituir *entrada* em um dicionário de unidades léxicas. Por possuírem estrutura argumental interna, deve-se considerar a noção de ancoragem: “uma unidade lexical que permite caracterizar a situação comunicativa do pragmatema e a essa unidade lexical caberá a função de entrada à qual ficará associada a subentrada ou os pragmatemas correspondentes” (Pinheiro, 2015, p. 39). As âncoras, mesmo sem aparecer no pragmatema, fazem parte do significado, e os pragmatemas poderão aparecer “como subentradas associadas à macroestrutura principal, com uma apresentação semelhante à das funções léxicas no dicionário-padrão” (Blanco, 2010 *apud* Pinheiro, 2015, p. 40).

Considerando que o *corpus* desta pesquisa consiste na análise de dados que têm relação com o racismo, faremos uma breve contextualização do tema em nosso país, possibilitando uma reflexão sobre a origem do racismo e suas implicações na contemporaneidade.

Racismo no Brasil: breve histórico

O Brasil é um país cuja economia viveu durante quase quatro séculos com base na escravização de indivíduos trazidos da África para trabalharem aqui em condições subumanas, sustentando o sistema socioeconômico vigente naquela época, conforme registros históricos sobre esse período. Apesar do uso corrente da palavra “escravo”, Prudente (2020, s/p) afirma que a condição de sujeição não apagou a humanidade dos africanos escravizados, pois “[...] sob violência física ou simbólica, [o homem] tem sido escravizado, mas não escravo. O escravo é um ser inerte convencido de sua inferioridade face ao opressor, subordinado em todas as esferas da vida. Isso, nenhum ser humano o é” (Prudente, 2020, s/p).

O crescente processo de industrialização na Europa desencadeou pressões internacionais contra a escravidão. Cabe destacar, porém, que essa campanha esteve longe de ser apenas humanitária. Tratava-se, sobretudo, do interesse da Inglaterra na expansão de mercados consumidores para seus produtos manufaturados, como pontua Prudente (2020, s/p):

As relações brasileiras com a Inglaterra eram intensas, posto que os ingleses lucraram com o tráfico de pessoas, acumulando capital suficiente para aplicar

em sua industrialização. Assim, no século XIX já não interessava à burguesia liberal inglesa a escravização. Necessitavam, sim, de mercados consumidores para suas manufaturas e se impunham entre os estados produtores com ampla campanha contra a “escravidão”.

Mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, a população negra permaneceu em condições precárias, marcada pela marginalização social e pela ausência de políticas públicas inclusivas. Com efeito, a abolição não garantiu vida digna e cidadania efetiva aos libertos, que continuaram ocupando espaços periféricos e enfrentando invisibilidade social. Esse período histórico consolidou um racismo estrutural, que se reproduziu em práticas cotidianas, narrativas culturais e expressões linguísticas.

Do ponto de vista sincrônico, nota-se que o racismo não desapareceu, mas se transformou e se enraizou em formas simbólicas e discursivas. Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter tipificado o racismo como crime inafiançável e imprescritível, o combate a essa prática ainda enfrenta resistências e desigualdades persistentes. Avanços legislativos recentes, como a lei 14.532/2023, ampliaram a equiparação entre injúria racial e crime de racismo, sinalizando um esforço do Estado brasileiro em coibir atitudes discriminatórias.

Desse modo, compreender a historicidade do racismo no Brasil implica não apenas revisitar o período escravocrata, mas também reconhecer como seus efeitos atravessam o presente, perpetuando preconceitos que se manifestam inclusive na linguagem. É nesse contexto que se insere a análise deste trabalho, focada nos registros (ou não) de expressões racistas em repertórios lexicográficos e na permanência do uso social contemporâneo. No próximo tópico, faremos a análise dos dados extraídos da obra *Expressões racistas: por que evitá-las*, publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2022.

Descrição da obra base

1. Livro *Expressões racistas: por que evitá-las*

Para o presente estudo, selecionamos parte das expressões contempladas no livro *Expressões racistas: por que evitá-las*, publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2022. Essa obra tem como objetivo, segundo informações constantes na apresentação, o planejamento de ações para combater o preconceito racial na Justiça Eleitoral. Há 41 registros de unidades lexicais e expressões consideradas racistas, contendo explicação sobre o sentido das expressões e sugestões para substituí-las, dado o teor racista delas. Por não ser uma obra lexicográfica produzida com rigor científico, não há indicação de pesquisadores lexicógrafos compondo a equipe de elaboração do livro, nem há uma designação específica para tal obra – ela não é intitulada como dicionário ou glossário.

É possível que o *corpus* do livro publicado pelo TSE tenha sido composto a partir do senso comum, pois há uma página dedicada aos leitores, em que se lê: “Se você conhece outros vocábulos ou expressões racistas e acredita que devam fazer parte desta publicação, envie a sugestão para o e-mail nid@tes.jus.br. A comissão irá avaliar sua proposta e, em caso de deferimento, ela será incluída em nova edição da obra” (Brasil, 2022, p. 13).

No livro sobre as expressões racistas, não há nenhuma outra informação além do conceito atribuído às expressões, organizadas em ordem alfabética no sumário, e, em alguns casos, sugestões de substituição da expressão/da unidade lexical em foco. Dos 41 registros mencionados anteriormente, oito são unidades lexicais simples, e os demais são unidades fraseológicas.

No tópico a seguir, as unidades lexicais e fraseológicas selecionadas da obra publicada pelo TSE (2022) serão estudadas quanto à dicionarização ou não delas, com reflexões acerca das informações.

Análise dos dados

Considerando a limitação do *corpus* a ser investigado neste artigo, das 41 entradas contidas na obra publicada pelo TSE, foram selecionadas quatro unidades fraseológicas e duas unidades lexicais, a saber: *galinha de macumba*; *a coisa (es)tá preta*; *chuta que é macumba*; *volta para o mar, oferenda!*; *macumbeiro* e *boçal*.

De acordo com o conteúdo teórico abordado anteriormente, podemos afirmar que *galinha de macumba* é uma expressão idiomática, pois atende aos requisitos da categoria. Primeiramente, destaca-se o critério da fixidez, que é observado quando a expressão não admite alterações estruturais sem perda de sentido. Além disso, nota-se também a idiomaticidade, uma vez que o significado da expressão não resulta diretamente da soma dos sentidos literais de *galinha* e *macumba*, mas sim de uma construção cultural cristalizada, com forte conotação religiosa estigmatizada. Acresce-se a isso o emprego social da expressão com valor pragmático específico, corroborando preconceitos contra religiões de matriz africana.

As expressões *a coisa (es)tá preta*; *chuta que é macumba*; *volta para o mar, oferenda!* são pragmatemas, pois se ligam a situações comunicativas específicas, chamadas fórmulas situacionais fixas (frases feitas). No primeiro caso, *a coisa (es)tá preta* é empregada em contextos em que se deseja salientar gravidade ou dificuldade de determinada circunstância, sendo um comentário avaliativo com teor negativo. A expressão *chuta que é macumba* evidencia repulsa ou rejeição a algo considerado indesejável em certos contextos, funcionando como fórmula de afastamento simbólico. Já *volta para o mar, oferenda!* é usada em situações hostis, com objetivo de exclusão ou ridicularização, com teor de preconceito religioso.

Com efeito, *a coisa (es)tá preta; chuta que é macumba e volta para o mar, oferenda!* contém a natureza dos pragmatemas, uma vez que não apenas dispõem de estabilidade estrutural, mas também são fórmulas de interação social, reiteradas em práticas discursivas específicas. As chamadas frases feitas situacionais possuem fixidez formal e pragmática, por dependerem de um contexto discursivo para legitimar a ocorrência delas.

Tanto expressões idiomáticas quanto pragmatemas são fraseologismos, por se tratar de combinação fixa de duas ou mais palavras (cf. Corpas Pastor, 1996). *Macumbeiro* e *boçal*, por seu turno, são unidades léxicas simples, pois são constituídas por uma única palavra, diferentemente do que ocorre com as unidades fraseológicas, que são expressões pluriverbais. Em *macumbeiro* há uma derivação oriunda do radical *macumba* acrescido do sufixo *eiro*, apresentando um vocábulo com sentido próprio. Já *boçal* é um adjetivo/substantivo simples com significado historicamente associado de modo pejorativo a indivíduos escravizados recém-chegados da África.

Passemos agora à análise propriamente dita, a fim de confirmar ou não se há registros nos dicionários, e se a acepção constante nas obras lexicográficas selecionadas corresponde aos conceitos constantes no livro *Expressões racistas: por que evitá-las*. Essa obra não segue o rigor científico esperado em pesquisas lexicológicas, pois não explicita fundamentos teóricos, nem evidencia critérios metodológicos claros para a seleção e classificação das expressões analisadas. No entanto, cumpre relevante função social ao promover a conscientização acerca de usos linguísticos com teor discriminatório. O texto apresenta natureza pedagógica e prescritiva, com o objetivo de sensibilizar a sociedade contra o preconceito racial. Ainda assim, vale destacar que os conceitos apresentados refletem percepções amplamente aceitas pela comunidade de fala, fornecendo material relevante para a análise acadêmica e para reflexões sobre a relação entre linguagem e preconceito.

Para facilitar a visualização dos registros (ou não registros) das unidades lexicais e unidades fraseológicas nos dicionários, foi elaborada a tabela a seguir, sendo utilizada a marcação com X para indicar que há o registro no dicionário, e o espaço em branco indica ausência de registro.

Tabela 1. Dicionarização das unidades selecionadas para esta pesquisa

	1	2	3	4	5	6	7	8
A coisa (es)tá preta					X			
Chuta que é macumba!								
Galinha de macumba								
Volta para o mar, oferenda!								
Macumbeiro				X				
Boçal				X				X

Fonte: Elaboração própria

LEGENDA:

- 1: Dicionário de Moraes (1789)
- 2: Dicionário da língua brasileira (Pinto, 1832)
- 3: Léxico de lacunas (Taunay, 1914)
- 4: Dicionário Houaiss (2009)
- 5: Dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa (Rocha, Rocha, 2012)
- 6: Dicionário brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares: desatando nós (Urbano, 2018)
- 7: Locuções tradicionais no Brasil (Cascudo, 1986)
- 8: Dicionário Histórico do Português Brasileiro (DHPB): séculos XVI, XVII e XVIII (Biderman; Murakawa, 2021).

Esperava-se que os pragmatemas e a expressão idiomática selecionados nesta pesquisa estariam registrados, ao menos, nos dicionários especiais de língua. A partir do próximo tópico, será feita uma explanação, caso a caso, dos registros referentes às unidades lexicais simples e polilexicais que compõem o *corpus*, com algumas reflexões sobre o tema.

1. A coisa (es)tá preta

O pragmatema *a coisa (es)tá preta* é o único registrado no dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa (Rocha, Rocha, 2012). A expectativa inicial seria de encontrar, nesse dicionário especial de língua, todos os pragmatemas e a expressão idiomática selecionados, uma vez que ele foi produzido com o objetivo de preencher a lacuna ligada à produção de obras lexicográficas com foco nas unidades fraseológicas. A acepção encontrada foi: “diz-se quando a situação está difícil, perigosa, custosa. *Var.* ‘a coisa está ruça’, ‘a coisa está pegando fogo’ e ‘a coisa está feia’” (Rocha; Rocha, 2012).

Uma pesquisa na página de buscas Google, em 2023, exibiu 6090 resultados para o pragmatema “a coisa tá preta”, e 4810 ocorrências para “a coisa está preta”, e a obra *Expressões racistas: por que evitá-las*, publicada pelo TSE (2022), evidencia que:

A expressão “a coisa tá preta” é a verdadeira síntese de um conjunto de expressões de caráter racista que associam a pessoa negra a coisas ruins. O sentido da expressão é referir-se a uma situação extremamente negativa, complicada ou a um problema de difícil solução. A forma mais correta de passar a mesma ideia seria pelo uso de expressões como “a situação é difícil”, “o caso é complexo” ou “a coisa está complicada” (Brasil, 2022, p. 17).

A unidade lexical *coisa* está dicionarizada nos dicionários de Moraes (1789) e no Houaiss (2009), porém as acepções não têm ligação com a questão do racismo, nem tampouco há a locução *a coisa (es)tá preta* registrada. Vale destacar que, no dicionário de Moraes, a entrada é grafada como *cousa*, em consonância com a ortografia da época, e foi definida

como “tudo o que existe, ou pode existir, e nós concebemos se pode aplicar este nome generalíssimo”. Há, ainda, o registro de uma única unidade fraseológica: *não dizer coisa com coisa*, tal como ocorre no dicionário de Pinto (1832). Já o DHPB (Biderman; Murakawa, 2021) registra diversas expressões sintagmáticas contendo a unidade lexical *coisa*: coisa da terra, coisa de vulto, coisa julgada, coisa mínima, nenhuma coisa – nenhuma delas tem ligação com o *corpus* selecionado nesta pesquisa.

Seria a ausência do registro, no dicionário de Morais (1789), um reflexo da invisibilidade do povo negro no Brasil naquela época, ou seria um reflexo de uma possível inexistência de tal expressão no momento histórico da produção do dicionário de Morais? Um levantamento realizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional apresenta registros do pragmatema *a coisa (es)tá preta* em meados do século XX, o que pode indicar que naquele período havia uma possível circulação idiomática estabilizada, com uso público no país.

A unidade lexical *preto*, por seu turno, apresenta uma acepção que faz referência a “homem preto, forro, ou cativo” (Silva; Bluteau, 1789), seguida da locução “*espécies pretas*: pimenta, cravo e canela”. No dicionário de Pinto (1832), além das mesmas informações mencionadas em Bluteau, há também o registro de outras expressões: real preto de cobre e dez pretos – nenhuma delas faz referência a racismo ou preconceito. O DHPB (Biderman; Murakawa, 2021), além da definição, traz as expressões sintagmáticas preto forro e preto livre. Já no dicionário Houaiss (2009), há o registro de acepções e de locuções que não satisfazem a nossa busca.

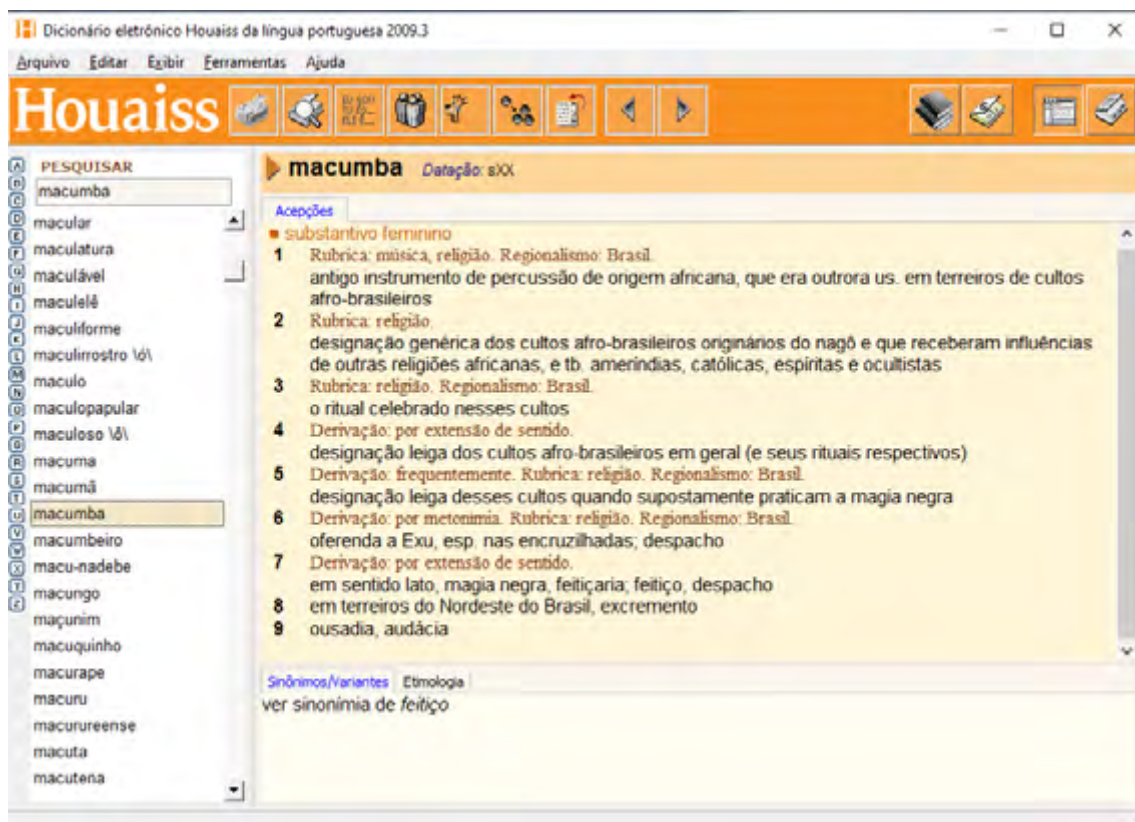
2. Chuta que é macumba

A unidade fraseológica *chuta que é macumba* é definida como a designação do “desejo de afastar algo ruim de perto de si, a vontade de se manter distante de algo que possa fazer mal” na obra *Expressões racistas: por que evitá-las* (Brasil, 2022, p. 25). Após a definição, a publicação apresenta uma explicação para a origem da expressão, que teria surgido na segunda metade do século XIX, no contexto de campanhas de perseguição e destruição de práticas e elementos ligados a religiões de matriz africana. Nessa perspectiva, trata-se de uma expressão marcada pela intolerância religiosa, cuja permanência no uso contemporâneo revela uma possível naturalização de estigmas históricos. A própria obra, que apresenta caráter prescritivo, sugere que “o termo deve ser abandonado e substituído por outros que possam denotar com maior precisão o desejo de afastar algo, como ‘para longe de mim!’, ‘sai daqui!’” (Brasil, 2022, p. 25).

Do ponto de vista lexicográfico, observa-se que a expressão não aparece registrada no dicionário de locuções e expressões (Rocha, Rocha, 2012), tampouco em dicionários históricos como o de Morais (Silva; Bluteau, 1789). O dicionário Houaiss (2009) registra,

separadamente, as unidades lexicais *chutar* e *macumba*⁵ tratadas separadamente: *chutar* no sentido de golpear com o pé e *macumba* com acepções associadas, de maneira genérica, às religiões afro-brasileiras (conforme se observa na figura 1), sem qualquer menção à locução fraseológica. Dessa forma, nenhum dos repertórios consultados apresenta o pragmatema *chuta que é macumba* como entrada, subentrada ou exemplo de uso.

Figura 1. Captura de tela



Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss (2009)

Essa ausência confirma a análise de Krieger (2006), que assevera que os dicionários não apenas funcionam como instrumentos de consulta, mas também refletem escolhas culturais e ideológicas. A não inclusão de determinadas expressões pode indicar um critério de seleção pautado na frequência e institucionalização, e também uma omissão em registrar fórmulas estigmatizantes, mesmo que o uso social seja atestado. Um

5 Em uma aula de disciplina de pós-graduação ofertada pelo professor Bruno Oliveira Maroneze, fomos informados de que o registro mais antigo da unidade lexical *macumba* teria ocorrido em 1880, em um texto de Laudelino Freire. Escritores como Lima Barreto, Mário de Andrade e João do Rio (cronista) também teriam empregado tal unidade lexical em suas obras no início do século XX. O registro lexicográfico mais antigo de *macumba* teria ocorrido em 1950, no dicionário de Aulete.

levantamento empírico no buscador Google, em 2023, revelou 9950 ocorrências da expressão em foco, evidenciando tratar-se de um pragmatema largamente empregado no português contemporâneo, apesar da ausência de registros nos repertórios lexicográficos consultados. Tal fato aponta para um possível hiato entre o uso efetivo e a representação lexicográfica, lacuna que justifica a relevância desta investigação.

3. Galinha de macumba

A expressão *galinha de macumba* não se encontra registrada no dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa (Rocha; Rocha, 2012), o que revela uma lacuna lexicográfica diante de seu uso social. De acordo com a obra *Expressões racistas: por que evitá-las* (Brasil, 2022), trata-se de uma maneira preconceituosa de designar indivíduos negros, marcada por duplo preconceito: “[...] de um lado, compara uma pessoa negra a um animal, o que representa enorme desprezo por sua condição, e, de outro lado, associa as práticas religiosas afro-brasileiras a coisas ruins” (Brasil, 2022). Ocorre desumanização do sujeito ao ser comparado a um animal, e a associação de práticas religiosas afro-brasileiras a algo negativo, o que reitera estigmas de intolerância religiosa.

Nos dicionários históricos, observa-se que *galinha* é registrada apenas em seu sentido denotativo. O dicionário de Moraes (Silva; Bluteau, 1789) apresenta a entrada *gallinha* como “fêmea do galo” (Silva; Bluteau, 1789), acepção repetida em Pinto (1832) e no DHPB (Biderman; Murakawa, 2021). Já o dicionário Houaiss (2009) amplia o repertório de locuções envolvendo *galinha*, mas nenhuma delas corresponde ao uso discriminatório de *galinha de macumba*. Essa ausência evidencia que as obras lexicográficas consultadas não reconhecem a expressão enquanto unidade fraseológica, seja por sua carga pejorativa, seja por não ser considerada suficientemente institucionalizada para constar como entrada.

Do ponto de vista fraseológico, *galinha de macumba* pode ser classificada como uma expressão idiomática, haja vista que seu significado não é resultado da soma de seus componentes lexicais, mas uma construção cultural de caráter preconceituoso. A fixidez formal e a idiomaticidade reforçam o estatuto de unidade fraseológica opaca (Corpas Pastor, 1996). Acresce-se a isso o resultado do levantamento empírico no buscador Google em 2023, revelando mais de 3600 ocorrências, apontando para uma possível vitalidade no uso contemporâneo, marcada por forte estigmatização.

A ausência da expressão em repertórios lexicográficos, portanto, mostra-se como um exemplo da não neutralidade dos dicionários (Krieger, 2006), uma vez que a seleção ou exclusão de itens em dicionários refletem escolhas culturais e ideológicas, que podem invisibilizar construções discriminatórias, ou reforçar sua permanência ao registrá-las sem a devida marcação de valor. Desse modo, a análise da expressão idiomática *galinha de macumba* mostra como a fraseologia pode funcionar como espaço de perpetuação de

preconceitos, apontando para uma possível necessidade de investigações que articulem uso social, registro lexicográfico e crítica cultural.

4. Volta pro (para o) mar, oferenda!

Apesar dos quase quatro mil resultados no sítio de buscas Google, em 2023, a unidade fraseológica *volta para o mar, oferenda!* não se encontra registrada em nenhum dos dicionários selecionados nesta investigação. Segundo a obra *Expressões racistas: por que evitá-las* (Brasil, 2022), a expressão é empregada em contextos de incômodo ou rejeição, quando há o desejo de afastamento de algo ou alguém, “[...] no sentido de incômodo com sua presença física. O termo associa coisas e pessoas indesejáveis às ofertas religiosas que, nas religiões de matriz africana, são oferecidas para lemanjá, orixá associada com as águas salgadas [...]” (Brasil, 2022). Comparar pessoas indesejadas a oferendas destinadas a lemanjá, orixá das águas salgadas nas religiões afro-brasileiras, evidencia força discriminatória e produz um enunciado que reforça preconceitos e intolerância religiosa.

Sob a perspectiva fraseológica, *volta para o mar, oferenda!* é considerado um pragmatema, por se tratar de uma fórmula situacional fixa (Corpas Pastor, 1996), empregada em contextos específicos de interação social para expressar repulsa ou exclusão. A idiomaticidade do pragmatema não é medida a partir da soma literal dos termos *voltar*, *mar* e *oferenda*, mas sim a partir de uma construção cultural marcada por preconceito em relação a religiões de matriz africana, e a interpretação faz sentido no contexto em que ocorre.

Do ponto de vista lexicográfico, os vocábulos *voltar* e *mar*, isoladamente, encontram-se registrados em diversos dicionários, mas sem qualquer acepção que se relacione a preconceitos ou a contextos religiosos. A unidade lexical *oferenda*, por seu turno, não consta nos dicionários mais antigos, como Morais (1789), Pinto (1832), Taunay (1914), nem mesmo no DHPB (Biderman; Murakawa, 2021). Essa ausência tem duas possíveis explicações: ou se tratava de um termo restrito a usos religiosos marginalizados, vinculados a populações escravizadas e, portanto, desconsiderado pelas obras lexicográficas da época, ou foi incorporado de maneira mais tardia ao vocabulário do português no Brasil, apesar de sua origem latina já estar consolidada no sistema da língua.

A ausência da expressão como unidade fraseológica nos dicionários contemporâneos reforça a ideia de que a lexicografia não é neutra (Krieger, 2006). Ao não registrar um elemento de uso vigente e socialmente marcado, os repertórios lexicográficos podem evitar a cristalização de uma expressão racista. Por outro lado, essa escolha pode invisibilizar práticas linguísticas que revelam a persistência do preconceito, apontando para uma possível forma seletiva de lidar com o registro de expressões socialmente estigmatizadas.

5. Macumbeiro

A unidade lexical *macumbeiro* constitui um exemplo de derivação sufixal, formada a partir do substantivo *macumba* acrescido de sufixo *-eiro*, que indica praticante de uma atividade (exemplos: confeitoiro, padeiro). Esse vocábulo consolidou-se no uso social com carga pejorativa, associado de modo depreciativo às religiões afro-brasileiras e a seus praticantes.

Nos dicionários mais antigos (Silva; Bluteau, 1789; Pinto, 1832, Taunay, 1914) não há o registro do vocábulo. Já o Houaiss (2009) apresenta quatro acepções, dentre elas: chefe de terreiro de macumba, praticante ou frequentador assíduo de macumba e, por extensão de sentido, que ou aquele que realiza feitiços, feiticheiro, sendo considerado sinônimo de feiticheiro (Houaiss, 2009). As acepções, segundo a obra *Expressões racistas: por que evitá-las*, referem-se “a religiões de matriz africana e seus(suas) praticantes e são utilizadas, quase sempre, com forte conotação preconceituosa, não raro sendo associadas a coisas muito ruins e que representam riscos às pessoas e à sociedade” (Brasil, 2022, p. 61). Por essa razão, a mesma obra sugere que o termo seja substituído por designações mais precisas e respeitadas, como praticante de religião de matriz africana, candomblecista ou umbandista (Brasil, 2022, p. 62).

Sob a perspectiva lexicográfica, é necessário refletir não somente sobre a presença ou ausência do verbete, mas na forma como é apresentado. Ao definir a unidade lexical *macumbeiro* de forma aparentemente neutra e sem a devida marcação de uso depreciativo, os dicionários inviabilizam a carga discriminatória que o termo possui no uso social, reforçando a ideia de que os dicionários, longe de serem obras neutras, refletem escolhas culturais e ideológicas, podendo legitimar, a partir da omissão, preconceitos arraigados historicamente.

Assim como ocorre com o pragmatema *volta pro mar, oferenda!*, a análise da unidade lexical *macumbeiro* evidencia o dilema lexicográfico entre registrar uma forma corrente da língua e, ao mesmo tempo, não reforçar estigmas. Nesse caso, seria de suma importância que os repertórios lexicográficos indicassem o caráter pejorativo do vocábulo em questão, permitindo que o consulente reconheça seu valor social negativo. Ao optar por não fazer isso, os dicionários abordam uma visão limitada sobre a língua, desconsiderando a dimensão cultural do uso.

Nesse sentido, a palavra *macumbeiro* ilustra como uma unidade lexical simples pode funcionar como meio de racismo linguístico. O uso social do vocábulo somado à ausência de marcação crítica nos dicionários indica que a lexicografia também pode ser considerada um espaço de disputa simbólica, pois registra a língua em funcionamento, ao mesmo tempo em que legitima ou silencia estigmas, dependendo das escolhas editoriais.

6. Boçal

O termo *boçal* apresenta registros em diferentes obras lexicográficas desde o século XVIII, diferentemente do que foi visto nas demais unidades analisadas anteriormente. No dicionário de Morais (Silva; Bluteau, 1789), o vocábulo é definido como “o que não fala ainda a língua do país estrangeiro em que se acha, diz-se em geral dos pretos cativos [...]. Rude, singelo”, acepção retomada em Pinto (1832) e no DHPB (Biderman; Murakawa, 2021). O dicionário Houaiss (2009) confirma esse valor diacrônico, registrando *boçal* como designação de “escravo negro recém-chegado da África, que ainda não falava o português” e, por extensão, como aquele que é falto de cultura; ignorante, rude, tosco”.

A evolução semântica aponta para um processo de pejorativização lexical. Inicialmente tratava-se de um marcador de condição sociolinguística, focando no não domínio da língua portuguesa pelos africanos recém-chegados; e posteriormente passou a ser um qualificativo depreciativo, empregado para designar pessoas “sem cultura, sem educação, rudes” (Brasil, 2022, p. 21). Tal alteração semântica reforça o mecanismo pelo qual a língua pode transformar categorias históricas de opressão em insultos naturalizados, reproduzindo preconceitos por meio do léxico.

A obra *Expressões racistas: por que evitá-las* recomenda a substituição do termo por alternativas como ignorante ou grosseiro, pois seu uso contemporâneo remete a uma origem preconceituosa. Sob o viés lexicográfico, é relevante observar que os dicionários nem sempre problematizam o peso histórico e discriminatório do termo, apesar de reconhecerem a acepção diacrônica ligada à escravidão. A ausência de marcações de uso como pejorativo/preconceituoso pode fazer crer que a palavra seja aparentemente neutra, quando, na prática, carrega um passado de exclusão.

Ao registrar uma palavra sem explicitar sua dimensão racista, as obras lexicográficas podem reforçar um vocabulário que naturaliza a desigualdade histórica da população negra no Brasil. Sob essa ótica, *boçal* é um exemplo de uma unidade lexical que pode condensar uma longa trajetória de preconceito, apontando para uma possível necessidade de revisões lexicográficas que incorporem informações sobre o uso social e reflexões críticas capazes de orientar o consulente para o caráter discriminatório de determinados vocábulos.

Considerações finais

Das quatro unidades fraseológicas selecionadas para este estudo, as quais apresentaram milhares de resultados obtidos a partir de buscas na página Google em 2023, apenas *a coisa (es)tá preta* encontra-se registrada no dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa (Rocha; Rocha, 2012). Tal discrepância suscita uma questão relevante: quantas ocorrências seriam necessárias para que uma forma fosse legitimada e

registrada em um dicionário? Considerar a *web* como *corpus* representativo do uso social pode não ter sido uma estratégia adotada pelos elaboradores de dicionários recentes.

Outra hipótese para a ausência de registro dessas unidades polilexicais seria a baixa frequência em *corpora* controlados ou a percepção, por parte das equipes editoriais, de que tais expressões não possuíam produtividade suficiente para justificar sua inclusão. Vale lembrar, ainda, que nem todos os dicionários são elaborados por equipes formadas por lexicógrafos e fraseólogos, e que o desenvolvimento de toda obra lexicográfica envolve escolhas, desde a definição de lemas até a organização das subentradas. Acresce-se a isso o fato de ser impossível registrar a totalidade do léxico de uma língua, seja porque o léxico está em constante expansão, seja porque, no Brasil, a produção de dicionários muitas vezes carece de rigor científico e de aporte teórico-metodológico, havendo a crença equivocada de que qualquer indivíduo pode elaborar um repertório dessa natureza.

A crença na neutralidade dos dicionários também precisa ser problematizada. Para os consulentes comuns, essas obras produzem o efeito de serem meros reflexos da fala de uma comunidade, representações objetivas da norma linguística. Entretanto, conforme já discutido anteriormente, os dicionários não são neutros (Krieger, 2006), pois são o resultado de escolhas editoriais, teóricas e ideológicas que determinam o que deve ou não ser incluído, e como deve ser definido. Dessa forma, o não registro de determinadas palavras ou expressões revela uma opção (consciente ou não) dos elaboradores. Isso pode decorrer da ausência de critérios claros, de limitação metodológica ou mesmo de uma recusa em legitimar expressões polêmicas e estigmatizantes.

No caso específico dos pragmatemas, a pouca atenção dada a eles pelos lexicógrafos vem ao encontro do posicionamento de Pinheiro (2015), para quem essas unidades, por não serem léxicas, tendem a não figurar como entradas em dicionários de língua, apesar de sua relevância discursiva. Por todo o exposto, urge a elaboração de um dicionário especializado em unidades fraseológicas do português, capaz de contemplar, com rigor teórico, expressões idiomáticas e outros fraseologismos que efetivamente fazem parte da norma linguística brasileira. Nesse processo, questões como a definição da ancoragem e a classificação dos pragmatemas (cf. Monteiro-Platín *apud* Pinheiro, 2015) precisariam ser aprofundadas, para abranger a diversidade de formas registradas no uso cotidiano.

A análise desenvolvida neste artigo evidenciou que, apesar das trajetórias lexicológicas distintas, todas as unidades selecionadas convergem no reforço de estigmas raciais e religiosos. Dentre as unidades fraseológicas, *galinha de macumba* configurou-se como expressão idiomática, enquanto *a coisa (es)tá preta*, *chuta que é macumba* e *volta pro mar, oferenda!* foram classificadas como pragmatemas, fórmulas situacionais fixas usadas em contextos específicos de interação. Já no grupo das unidades léxicas simples, *macumbeiro* e *boçal* exemplificam como palavras podem cristalizar preconceitos, pois

macumbeiro estigmatiza a religiosidade afro-brasileira, e *boçal* passa pelo processo de pejorativização semântica, transformando uma designação sociolinguística de africanos recém-chegados em insulto associado à ignorância.

Apesar das diferenças formais e etimológicas, todas as unidades analisadas confirmam que o léxico não é um espaço neutro, mas sim um campo de disputa simbólica em que preconceitos podem ser cristalizados e perpetuados. A ausência de registro dessas expressões ou a falta de marcação de uso pejorativo nos dicionários reforça a ideia de que a lexicografia é um instrumento ideológico que pode validar ou silenciar determinados significados.

Por fim, ainda que a obra *Expressões racistas: por que evitá-las* (Brasil, 2022) e outras semelhantes, como obras produzidas pela Defensoria Pública do Estado da Bahia (Bahia, 2021) e da Universidade Federal de Pernambuco (Ebserh, 2023) (seguindo a mesma temática), não tenham sido produzidas com rigor lexicográfico, elas cumprem uma função social relevante. Ao registrarem expressões presentes na fala cotidiana e apontarem seus efeitos discriminatórios, essas obras contribuem para a visibilização de práticas linguísticas que afetam parte expressiva da população brasileira, em um país onde mais de 50% da população se declara parda ou negra (segundo dados do IBGE). Dessa forma, mesmo que não possuam a sistematicidade teórico-metodológica esperada de um dicionário científico, essas iniciativas representam um gesto político e pedagógico de combate ao racismo estrutural, reafirmando o papel da linguagem como espaço central na luta contra a exclusão social.

Referências

ANDRADE, M. M. de. Conceito/definição em dicionários da língua geral e em dicionários de linguagens de especialidades. In: SILVA, J. P. da (org.). *Semântica e Lexicografia*. IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2000. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ10_21-32.html. Acesso em: 03 jun. 2023.

BAHIA, Defensoria Pública do Estado. *Dicionário de expressões (anti)racistas e como eliminar as microagressões do cotidiano*. Salvador: ESDEP, 2021. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2021/11/sanitize_191121-071539.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

BEVILACQUA, C. R.; FINATTO, M. J. B.. *Lexicografia e terminografia: alguns contrapontos fundamentais*. 2006. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1410>. Acesso em: 28 jul. 2011.

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIDERMAN, M. T. C.; MURAKAWA, C. de A. A. (org.). *Dicionário histórico do português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. Araraquara: FCL-UNESP, 2021. Disponível em: <http://dicionarios.fclar.unesp.br>. Acesso em: 16 out. 2024.

BLANCO, Xavier. Los frasemas composicionales pragmáticos. In: HUERTA, Pedro Mogorrón & MEJRI, Salah. Opacidad, idiomaticidad, traducción = Opacité, idiomaticité, traduction. Alicant: Encuentros Mediterráneos/Rencontres Méditerranéennes. Universitat d'Alicant, 2010. v. 3.

BRASIL. *Lei nº 7716*, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1989.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Expressões racistas: por que evitá-las*. Brasília, DF: TSE, 2022. Disponível em <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/11048>. Acesso em 03 jun. 2023.

CASCUDO, L. da C. *Locuções tradicionais no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CORPAS PASTOR, G. *Manual de fraseologia española*. Madrid: Gredos, 1996.

COSERIU, E. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1962.

DICIONÁRIO Houaiss corporativo. Disponível em: <https://www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v6-5/html/index.php>. Acesso em: 04 jun. 2023.

EBSERH. *Cartilha de expressões racistas a serem evitadas*. Recife: Editora da UFPE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/dia-internacional-contra-a-discriminacao-racial-e-momento-de-reflexao-e-luta/21032023-cartilha-contra-a-discriminacao-racial-hc-ufpe.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FROMM, G. Dicionários em sala de aula: como aproveitá-los bem. In: FROMM, G.; HERNANDES, M. C. L. (org.). *Domínios de Linguagem III: práticas pedagógicas* 2. 1. ed. São Paulo, v. 1, p. 41-50, 2003. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/guifromm/upload/dicionariosemsaladeaula.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009 (CD-Rom).

ISQUERDO, A. N. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. *In*: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. de. *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003. p. 165-181.

KRIEGER, M. da G. Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. *Revista Calidoscópico*, v. 4, n. 3, p. 141-147, 2006. Disponível em: http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_calidoscopio/vol4n3/art02_krieger.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. *In*: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

MATIAS, L. C. *Expressões idiomáticas corporais no dicionário bilíngüe de uso espanhol-português/português-espanhol (DiBU)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MORAN, M. T. F.; PALACIOS, J.; REY, J. T. del. Algunos apuntes sobre la evaluación de diccionarios. *Revista de Lexicografía*. Universidade da Coruña, 2004.

PINHEIRO, M. B. *Por um dicionário eletrônico de pragmatemas do português brasileiro: levantamento, descrição e categorização*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16221>. Acesso em: 08 jun. 2023.

PINTO, L. M. da S. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/dicionario-da-lingua-brasileira/>. Acesso em: 16 out. 2024.

PRUDENTE, E. A escravização e o racismo no Brasil, mazelas que ainda perduram. *Jornal da USP*. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-escravizacao-e-racismo-no-brasil-mazelas-que-ainda-perduram/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

RIVA, H. C. *Dicionário onomasiológico de expressões idiomáticas usuais na língua portuguesa do Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.

ROCHA, C. A. de M.; ROCHA, C. E. P. de M. *Dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. Livro eletrônico. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6SiODwAAQBAJ&hl=pt-BR&redir_esc=y. Acesso em: 03 jun. 2023.

SANROMÁN, Á. I. *A unidade lexicográfica: palavras, colocações, frasemas, pragmatemas*. 2011. Tese (Doutoramento em Ciências da Linguagem – Linguística Aplicada) – Universidade do Minho Braga, Portugal, 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/4573>. Acesso em: 08 jun. 2023.

SAPIR, E. *Língua e ambiente: Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SILVA, A. de M.; BLUTEAU, R. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/bases-de-dados/diccionario/apresentacao>. Acesso em: 09 jun. 2023.

TAUNAY, A. de E.. *Lexico de lacunas: subsidios para os dictionarios da lingua portugueza*. Tours, E. Arrault, 1914. 223 p. Publicação em Separata da Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo, v. 16, 1914. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/lexico-de-lacunas-subsidios-para-os-diccionarios-da-lingua-portugueza/>. Acesso em: 16 out. 2024.

URBANO, H. *Dicionário brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares: desatando nós*. São Paulo: Cortez, 2018.